

Sistema Intelectual, Literatura e Crítica Literária Brasileiras na Obra de Luiz Costa Lima¹

Eduardo da Silva de Freitas²

Resumo: O artigo trata do pensamento de Luiz Costa Lima a respeito do sistema intelectual, da literatura e da crítica literária no Brasil. A abordagem é feita a partir de alguns textos em que o autor manifesta mais claramente seus pontos de vista.

Palavras-Chave: Luiz Costa Lima. Sistema Intelectual. Literatura. Crítica Literária.

Abstract: The paper deals with the thought of Luiz Costa Lima on the Brazilian intellectual system, literature and literary criticism. The approach is made from some texts where the author manifests more clearly his points of view.

Keywords: Luiz Costa Lima. Intellectual System. Literature. Literary Criticism.

1. Introdução

Não será excessivo dizer que um dos objetivos visados por Luiz Costa Lima na produção de sua obra consiste em criar condições para a superação do desinteresse quase absoluto em nosso país pela atividade intelectual de natureza especulativa. Seu trabalho não só se opõe aos voos intelectualmente baixos do pragmatismo imediatista amplamente difuso em nossa sociedade, mas também oferece um exemplo robusto para extrapolar o quadro vigente.

Neste esforço empreendido por Costa Lima, é possível discernir três procedimentos, que, embora convirjam para o mesmo fim, têm rendimentos mais ou menos específicos. Um deles é a reflexão sobre nosso sistema intelectual, no qual está inserido. Por meio dela, o autor tenta compreender as pressões que incidem sobre a atividade intelectual e esconjurar os entraves ao pensamento. O segundo é valorização de certo tipo de literatura que explore profundamente a ficcionalidade, em detrimento de pretensões didáticas, documentais ou sentimentalistas. Neste caso, trata-se de defender uma literatura que se abra para a imaginação sem preocupações pragmáticas ou compensatórias, mas que exponha ou teste os limites da razão. Acrescenta-se a isso, a concepção da crítica literária como atividade de cunho epistemológico, pensada, portanto, não como *causerie*, mas como discurso inserido na discussão sobre o conhecimento e a verdade, tanto sob o aspecto filosófico quanto sob o sociológico.

¹ Este texto é uma versão modificada e ampliada de outro que se apresentou no XV Congresso Internacional da ABRALIC, ocorrido entre 7 a 11 de agosto de 2017.

² Professor Adjunto do Instituto de Letras da UERJ. E-mail: efreitasleco@gmail.com

Neste artigo, percorremos estas três dimensões da reflexão de Luiz Costa Lima, propondo seus contornos gerais e observando seus desdobramentos.

2. O sistema intelectual

A preocupação com o sistema intelectual brasileiro encontra-se por toda a obra de Luiz Costa Lima. Mas, embora apareçam em prefácios, em digressões, nos momentos de interlocução com o leitor incorporados ao texto, as considerações do autor se condensam de maneira mais sistemática em alguns artigos que abordam especificamente este tema. Por isso, estes textos são um lugar privilegiado para a compreensão da visão que tem do sistema intelectual e da posição que adota em relação a ele. Embora o conjunto não seja pequeno, é possível dizer que o núcleo de suas ideias encontra-se em três artigos, escritos em momentos diferentes de sua carreira intelectual, a saber: "Da condição precária do sistema intelectual brasileiro", de *Dispersa Demanda* (1981); "Dependência cultural e estudos literários", de *Pensando nos Trópicos* (1991); e "Nosso país, será isso mesmo?", de *Frestas* (2013).

As marcas das circunstâncias históricas que se notam nestes textos não comprometem a organicidade dos pontos de vista defendidos por Luiz Costa Lima, que não se afasta de suas ideias, inclusive quando parece escrever sob o calor dos fatos. Aliás, a eventual angústia emocional parece antes alimentar o encaminhamento racional no tratamento das questões, sem se perder na "bravataria" ou no esquematismo.

Correlata dessa postura é sua recusa de conceber os problemas que identifica como resultados inescapáveis de apenas uma causa, sobretudo se esta apontar para as condições materiais de existência. Não é que as julgue irrelevante para o entendimento da dinâmica da vida intelectual, mas sempre parte do princípio de que as explicações se formulam melhor se avaliam as disposições culturais e os costumes mais amplos arraigados na população e no próprio corpo de intelectuais. Ressaltando que os valores desempenham papel importante sobre as condições materiais do sistema intelectual, Costa Lima insiste em que os modos de funcionamento e de organização deste sistema não seriam mero reflexos da situação econômica do país. De fato, aqueles aspectos imateriais desempenhariam um papel talvez mais importante para a precariedade da vida intelectual do país do que a situação econômica propriamente.

Este é um ponto que se manifesta claramente nos três artigos de que tratamos. No texto publicado em *Dispersa Demanda*, por exemplo, à explicação de que a precariedade do sistema intelectual brasileiro no século XIX fosse devida à estrutura econômica do país, baseada no latifúndio exportador de matérias primas e importador de produtos industrializados, Costa Lima (1981, p. 10-1) acrescenta a influência da própria organização social. Para ele, as condições

adversas com que lidavam os intelectuais não eram só causadas pelo perfil exportador da economia latifundiária, mas também porque aqui as classes mais baixas não tinham como formular uma oposição à cultura oficial. Desdobrando seu argumento sobre a insuficiência da causa econômica para o entendimento do marasmo cultural, sublinhava ainda que a pequena cidade de Weimar, mesmo antes da unificação da Alemanha, vivera um período de tão grande desenvolvimento cultural na passagem dos séculos XVIII para o XIX que influenciou intensamente a cultura da região.

Sob outras circunstâncias, o argumento se repete nos artigos posteriores. No artigo de *Pensando nos Trópicos*, em que a questão central é a da dependência cultural do país, Luiz Costa Lima sustenta não ser possível atribuir essa situação somente à submissão econômica. Seu argumento destaca que se a vida cultural estivesse tão inevitavelmente atrelada aos desdobramentos da economia, os Estados Unidos, na condição de centro econômico do capitalismo, deveriam também irradiar uma produção cultural incontestavelmente superior. Como observa, no entanto, isso não ocorre, pois os EUA são dependentes da legitimação europeia nas áreas da crítica literária, da filosofia e da história (1991, p. 267-8).

De modo semelhante, no artigo publicado em *Frestas*, mais uma vez se inverte o sentido da explicação, agora para falar das nossas universidades e da nossa atividade intelectual. De sua perspectiva, os constrangimentos por que passam as instituições e os agentes de cultura no Brasil são devidos ao flagrante descaso com que a questão intelectual é tratada pelas classes média e rica – e pelos próprios intelectuais – mais do que à escassez de recursos. Ou melhor, se os recursos são escassos para esse segmento não é tanto porque falem, mas porque a atividade intelectual é considerada dispensável (2013, p. 475).

O movimento complementar da rejeição do exclusivismo – e mesmo da preponderância – das causas materiais é a tentativa de levantar os valores e os hábitos culturais responsáveis pela fragilidade do sistema intelectual. A caracterização do que seria o *tipo* brasileiro no que diz respeito à relação com a cultura é sua maneira dar forma à debilidade do ambiente cultural, identificando os costumes que resultam nesta situação. Por vezes, Costa Lima tenta sintetizar esses costumes em conceitos ou expressões, mas está sobretudo preocupado em apontar as influências que exercem.

Talvez se possa dizer que o conjunto de hábitos e valores arrolados pelo crítico se abrigam sob duas ideias mais centrais. Uma delas seria a de que a sociedade brasileira e o sistema intelectual dentro dela são marcados por certa relação com a palavra que prevê a ausência de qualquer dispêndio de energia para produção de reflexão, tanto da parte de quem escreve/fala quanto da de quem lê/ouve. A outra, restrita ao próprio sistema, consistiria na falta

de originalidade e na tendência retransmissora da produção intelectual do país. Traços de origem remota, suas manifestações e efeitos na sociedade e no grupo de intelectuais lhe parecem perenes.

O emprego superficial da palavra remontaria ao período colonial, estendendo-se, porém, aos dias atuais, embora sob formas diferentes. Costa Lima entende que, na sociedade segregadora implantada no Brasil, teria surgido um intelectual deslocado, dotado da sensação de não pertencimento a um grupo social. O modelo desse “enraizado desenraizado” (COSTA LIMA, 1981, p. 4) seria Gregório de Matos, que não se integrava ao segmento populacional português, nem ao brasileiro. Em seu isolamento, o intelectual teria adotado um tom moralista, de crítica ao meio em que vivia, e ao mesmo tempo presunçoso de quem julgava possuir o direito de viver em outro lugar. Sem confrontar o poder estabelecido, todavia, o moralismo se formulava por uma eloquência vazia e entusiasmada com a natureza tropical. Assim, em termos de valores e hábitos culturais, desse período, o Brasil teria herdado “uma cultura fundamentalmente *literária* [...] onde a *críticidade* é determinada e, ao mesmo tempo, amainada pelo *desenraizamento* [...] e pelo *moralismo* [...]; cultura ainda onde se abre como sulco alternativo o *nativismo* (precursor do nacionalismo) e o retoricismo” (COSTA LIMA, 1981, p. 5).

Atualizada ao longo do tempo, essa tendência “literária” – e ao mesmo tempo “acrítica”, “desenraizada”, “moralista” e “telúrica – da cultura brasileira se apresentaria sob formas distintas. No século XIX, após a independência, ela teria assumido um estilo empolado para revestir um fraseado vazio de sentido; nos dias atuais, sua manifestação dispensaria inclusive seu ar pomposo para se exprimir na linguagem comum (COSTA LIMA, 2013, p. 454-456) à que se emprestaria, ora um tom fúnebre, ora, engraçado.

Em qualquer dos casos, não se deve perder de vista que Costa Lima não atribui a superficialidade apenas ao polo da produção intelectual, mas insiste em que ela deriva de um conjunto de práticas que presume a homogeneidade dos valores dos criadores e dos receptores daquela produção. O “empertigamento” e a “frivolidade” são partilhadas tanto na execução quanto na recepção.

A síntese desses hábitos é formulada no neologismo “auditividade”, forjado pelo crítico para definir a prática dos intelectuais brasileiros de escreverem antes para persuadir por meio do torneio de palavras do que pelo encadeamento argumentativo (COSTA LIMA, 1981, p. 16). Em se tratando de um debate de ideias, intelectual brasileiro costuma recorrer à sensibilidade do leitor/ouvinte mais do que à razão a fim de persuadi-lo. Segundo Costa Lima, o elemento “auditivo” da cultura brasileira estaria, de um lado, baseado em instituições e práticas políticas

autoritárias, para cuja existência o próprio intelectual contribuiria (COSTA LIMA, 1981, p. 18). De outro lado, também a “auditividade” colaboraria para a manutenção da dependência cultural: como a persuasão domina as discussões intelectuais, dispensando-se de demonstrações árduas, o êxito de alguma posição seria garantido pela recorrência a sistemas previamente elaborados e legitimados nos centros de cultura. É essa a disposição que explicaria por que temos “a necessidade de nos sustentarmos um sistema já bem plantado; a que difundimos e de que nos tornamos dependentes” (COSTA LIMA, 1991, p. 272). Para dizer com outras palavras a situação que Costa Lima apreende: no ambiente cultural brasileiro, a superioridade dos agentes se consolida pela subordinação às ideias alheias.

A problemática quanto ao modo de funcionamento da palavra na sociedade brasileira, em geral, e no sistema intelectual, em particular, aparece integrada, portanto, à questão do papel de difusor das ideias concebidas em outros lugares desempenhado pelo pensador brasileiro. Comportamento reafirmado desde o século XIX, pelo menos, ele estaria relacionado a fatores diversos. Quanto àquele momento, Costa Lima acredita que o “*receio de ser original*” (COSTA LIMA, 1981, p. 10) que marca o intelectual brasileiro seria motivado pelas lacunas de formação, pelo interesse maior do receptor no rebuscamento da linguagem do que num possível esforço especulativo e pela própria educação prática do intelectual, que o fazia se afastar da teorização. Mas, para a manutenção desta prática mesmo nos períodos mais recentes, o crítico destaca a conivência do próprio grupo de pensadores, mais acomodados a esta situação do que por ela incomodados (COSTA LIMA, 1991, p. 276). De acordo com Costa Lima, o desprezo e a desconfiança que pairam sobre as instituições intelectuais, vistas como propagadoras das ideias metropolitanas, deriva da prática de seus membros de fundamentarem seu reconhecimento a partir do prestígio de algum intelectual ilustre de quem se coloca como discípulo (COSTA LIMA, 1991, p. 273).

A severidade com que o crítico acusa a cumplicidade do intelectual a respeito do papel de reproduzidor que desempenha não é motivada por algum apelo nacionalista. Costa Lima considera mesmo equivocada as propostas de superação da dependência cultural do país por meio de abordagens que tratem exclusivamente das questões nacionais. Para ele, a ênfase nacionalista tão somente se prestaria a estimular um chauvinismo temerário e comprometedor da formação intelectual (COSTA LIMA, 1991, p. 276).

Pode parecer curioso que à capacidade de identificar as constantes problemáticas que afetam o sistema intelectual brasileiro não corresponda a vocação para formular meios de romper com este cenário. Apenas no artigo que aparece em *Pensando nos Trópicos*, se encontra algum encaminhamento propositivo. Ali, defende que a “única saída” (1991, p. 277) para se

acabar com a dependência cultura do Brasil seria que os intelectuais se organizassem em grupos e deixassem de atuar de maneira isolada, mas suas ideias não são desenvolvidas. Esse, aliás, é um mote que se apresenta no capítulo inicial de seu primeiro livro, em que exortava seus contemporâneos a que todos trabalhassem, em seus campos de atuação, “pela conjunção do nosso povo com a cultura” (1966, p. 46).

Talvez por lhe parecer algo evidente, o fato é que o autor não avança com maiores esclarecimentos sobre o que propõe. Mas é possível pensar que a dificuldade do autor em oferecer alternativas para enfrentar o quadro que se apresenta seja consequência de um impasse. Como argumentar logicamente em favor de melhorias das condições materiais e das mudanças de práticas, se a sociedade repudia amplamente qualquer encaminhamento desse tipo? Nesse sentido, aproveitando uma expressão de Flora Süssekind, talvez seja possível dizer que, do mesmo modo que acontece a respeito da ficção, suas ideias sobre a intelectualidade no país também se desenvolvem por uma “via negativa”, na medida em que se constroem sobretudo pelo entendimento de seus problemas.

De todo modo, se há um travo amargo nos seus escritos sobre o sistema intelectual, isso não significa que dê por certa a manutenção de sua condição precária. Evitando as facilidades e o tom nacionalista, sem, contudo, se isolar ou deixar de remeter à realidade em que vive, Luiz Costa Lima atribui outro sentido à atividade intelectual entre nós. Ele próprio percebe que tradicionalmente o reconhecimento do intelectual em nossa sociedade depende de sua atuação política, o que deixa em segundo plano aquilo que deveria ser sua atividade primária. (COSTA LIMA, 1991, p. 269). Nesse sentido, é de se destacar que o mesmo fenômeno é captado por Antonio Candido da perspectiva do próprio intelectual. Em obras diferentes, ele nota não só certo “sentimento de missão” (CANDIDO, 1997, I, p. 26) presente nos escritores do século XIX, como também identifica uma “consciência social” (CANDIDO, 2011, p. 237) nos artistas e escritores da década de 1930, que orientava a atividade tanto de uns e de outros. Para Antonio Candido, nos dois casos, o “sentimento de missão” e a “consciência social”, versões para designar o compromisso político que o intelectual se impunha, resultavam quase sempre na perda de qualidade de suas realizações.

Procurando fugir dessa situação que deslegitima pela base a própria atividade intelectual, Luiz Costa Lima adota uma postura que inverte o sentido consolidado do engajamento do intelectual brasileiro. Em sua atividade, a reflexão sobre a literatura e a crítica literária, ao invés de ornamento à alguma bandeira agitada, é o ponto a partir do qual se projeta a preocupação com os problemas enfrentados pela sociedade.

3. A literatura

Já que se tomou emprestada a expressão “via negativa” para se referir ao modo de reflexão que Costa Lima desenvolve a respeito do ambiente cultural brasileiro, talvez não seja exagerado recorrer a ela para também cobrir o pensamento que o crítico desenvolve sobre a literatura. Em *História. Ficção. Literatura.*, de 2006, ele manifesta seu incômodo por lhe parecer não haver avançado, até então, “sobre a extensão do campo da chamada ‘literatura’” (BASTOS, 2010, p. 360). Por isso, naquele livro, propõe uma caracterização dos discursos histórico e literário, além de refletir sobre a ficção e sua relação com aqueles discursos.

Ao tratar da literatura, Costa Lima (2006, p. 348) se surpreende com a centralidade que o ficcional assumia na maneira que costumava abordá-la. A tal ponto confundia um termo com outro que acabava estreitando a dimensão do literário: daí sua surpresa. Constatado o fato, empreende uma classificação dos tipos de discurso literários que não se poderiam chamar de ficção. Sua característica principal seria apresentar uma “espessura de linguagem”, uma linguagem capaz de tornar os textos objetos que se impõem à sensibilidade do leitor. Quer dizer, objetos que não se esgotam na sua simples percepção, nem se dirigem ao domínio exclusivo do conceitual (COSTA LIMA, 2006, p. 350). Dessa forma, fariam parte da literatura alguns textos cuja finalidade original estaria perdida, mas que guardam “a espessura de sua linguagem”, tal como a *History of Decline and Fall of Roman Empire*, de Edward Gibbon; alguns relatos de viagens, cartas, autobiografias e memórias, como as *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos; algumas obras em que se nota uma sincronia entre o propósito primeiro de composição e a força da expressão linguística, como *Lethe. Kunst und Kritik des Vergessens*, de Harald Weinrich; e, com menor valor, todos os textos cujo sentido se esgota no consumo.

Embora posteriormente tenha posto algum reparo nesta classificação (BASTOS, 2010, p. 360), seu esforço em propor uma definição para o que chamamos “literatura” é reveladora da relação que se estabelece entre a especulação teórica que realiza e suas ideias de crítico, na medida em que a formulação dos conceitos se funda na análise concreta dos textos. Sua investida nos textos concretos para inserir na literatura obras que não se incluem na dimensão artística do ficcional vai além da mera tipologia textual e busca captar a forma pela qual eles podem se inscrever na experiência estética.

A verdade é que, em termos teóricos, as formulações que se apresentam no livro *História. Ficção. Literatura* para que se entenda a concepção que Costa Lima tem sobre a literatura são altamente relevantes. Talvez possam ser consideradas o momento em que o autor tenta organizar o espaço da literatura depois de retirar dali os inúmeros entulhos e penduricalhos que atrapalham uma compreensão melhor dela. Seja como for, no entanto, não são suficientes

para se revelar o tipo de obra literária privilegia, isto é, para marcar seu posicionamento como crítico. Para tanto, é indispensável que se abordem suas análises de obras literárias, momentos em que aparecem os valores por que Luiz Costa Lima se orienta.

De modo semelhante ao que se fez no item anterior, em lugar de percorrer a vasta produção do autor, julgamos ser suficiente para a execução dessa tarefa que o foco seja lançado apenas sobre suas duas primeiras obras, *Por que a literatura?* e *Lira e Antilira*. Como pretendemos apontar a estabilidade dos parâmetros com que o crítico opera e que iria aprofundar ao longo de sua trajetória, não importa os juízos negativos que o próprio autor formulou sobre estes dois primeiros livros que escreveu. Se veio a dizer que o livro de 1966 apresentava um resultado “irrisório” e que o publicado primeiramente em 1968 era outro “fracasso” (COSTA LIMA, 1995b, p. 25), o fato é que neles já se encontram os elementos básicos dos valores com que julga os textos literários.

Pois bem, já se chamou atenção para a importância que o ficcional tem para a ideia de literatura de Costa Lima. Assim, a rigor, quando fala de literatura, está falando do discurso artístico ficcional. No emprego que assume como instrumento crítico, a ficcionalidade funciona como o parâmetro de uma escala utilizado para aferir a qualidade artística de um texto literário. Embora Costa Lima desdobrasse a reflexão sobre este conceito pouco a pouco, desde o início de sua produção se nota importância desse elemento na valoração que faz da literatura, então definida como “criação ficcional em palavras”. (COSTA LIMA, 1966, p. 13).

Quanto a isso, chama atenção o fato de que Costa Lima, mesmo em suas primeiras palavras sobre o assunto, não confundia ficção com supressão da realidade. Naquele momento, analisava as ideias de Sartre sobre o imaginário e apontava os aspectos positivos e negativos na concepção do filósofo francês de que “a obra de arte seria um irreal” (1966, p. 16). Para o crítico brasileiro, embora positivamente evitasse o entendimento da arte como uma duplicação da natureza ou da sociedade, ela guardava o problema de afirmar que a arte se construiria a partir da “aniquilação” – *néantisation* é o termo sartriano – do real. Ao contrário disso, Costa Lima defendia que, em lugar da “aniquilação”, haveria uma suspensão da realidade, que, de toda maneira, ainda alimentaria a arte por meio da percepção do leitor (1966, p. 17-20). Nesse sentido, para suprir as insuficiências que via nas ideias de Sartre, Costa Lima buscava na relação entre o sujeito e a linguagem proposta por Merleau-Ponty, o modo de introduzir o real na literatura.

Não é nosso propósito discutir as revisões e aprofundamentos que Luiz Costa Lima viria a empreender sobre suas ideias a respeito da relação entre ficção e realidade. Digamos apenas que elas progressivamente vão assumindo um modo mais assertivo: em lugar de dizer o que

não é, que ou não se passa na construção ficcional, o crítico se empenha em defini-la. De todo modo, destaque-se que, ainda que posteriormente viesse a buscar apoio nas ideias de outros filósofos para vincular o real com a ficção literária, o fato é que já então insistia que “a literatura não [seria] uma fuga, embora também p[udesse] sê-lo”, nem a “poesia se confund[iria] com queixas pessoais, embora esta também p[udesse] ser sua matéria”. (COSTA LIMA, 1966, p. 25). Eminentemente teórico, este pensamento de não deixa de carregar alguns dos parâmetros com que julgará, ao longo de toda sua trajetória, os textos que analisará: quanto mais se apresentem como fuga da realidade ou como queixa pessoal, menor será sua qualidade literária.

Por exemplo, no *Lira e Antilira*, ao tratar da obra poética de Mário de Andrade, os maiores reparos são destinados aos poemas que considera evasivos e mais carregados de subjetividade. Falando de *Pauliceia Desvairada*, Costa Lima (1968, p. 53-61) identifica três tipos de configurações do modo como a estética passadista de Mário lida com a cidade de São Paulo cuja organização estava ligada ao café e à industrialização. O primeiro tipo, que abrangeria a maior parte dos poemas do livro, adotaria um lirismo nostálgico, com afloramento do subjetivo em detrimento da tensão entre poeta e cidade. Exemplos dessa linhagem seriam “Paisagem n. 1”, “Tristura” e o famoso “Ode ao burguês”. Num outro tipo de poemas do livro, não totalmente afastado do primeiro e do qual o poema “Domingo” seria o modelo, já apareceria uma diminuição do elemento subjetivo e o foco incidiria mais na cidade do que no poeta. O terceiro tipo incluiria poemas em que o lirismo, ora encarnaria um tom dramático, ora seria freado pela ironia, como seriam os casos de “Paisagem nº 4” e “Noturno”. Ora, na identificação dos tipos propostos pelo crítico, é evidente um escalonamento de qualidade em que o ponto mais baixo é ocupado pelo primeiro grupo, ao passo que o lugar mais elevado é destinado aos poemas do terceiro.

Acrescente-se que os textos evasivos, que se apresentam como fuga da realidade, não se limitam aos que manifestam um teor “psicologizante” (COSTA LIMA, 1995a, p. 52), centrado no indivíduo. Assim também são considerados os que idealizam as tensões existentes nas relações sociais, seja por meio do gracejo, do abrandamento, do jogo vazio de palavras ou do esteticismo. Costa Lima não nega que textos com essas características possam ser literários, mas o valor que lhes atribui é invariavelmente menor.

Aliás, quando tais atributos se encontram em textos que não têm finalidade artística, os reparos do crítico são ainda mais evidentes, porque, no seu entendimento, esses traços comprometeriam o raciocínio sobre um objeto por encobrirem suas ideias com uma carga emotiva ou sentimental. Diga-se, de passagem, que as ressalvas de Costa Lima em outros momentos à antropofagia de Oswald e às obras de Euclides da Cunha e de Gilberto Freyre são

devidas à percepção de que incorporam em alguma medida estes elementos que identifica como marcas de evasão.

Para o crítico, portanto, uma ficção literária de qualidade superior está ancorada na realidade. No entanto, isso não significa que a literatura seja pensada como espécie de *reprodução* das disposições do ambiente social ou do natural. Ora, o mérito que notava nas ideias de Sartre sobre o imaginário e a arte consistia justamente em que esta não era concebida como uma duplicação do mundo social ou natural. Costa Lima entende que a proximidade da arte com o real se dá pelo aporte de certo elemento à representação fictícia da realidade, que não se confunde uma preocupação programática de interferir no mundo.

No caso de *Por que a literatura*, esta visão se manifesta como repúdio à “facilitação” da literatura, à época concebida como forma de se dirigir às massas contra o governo ditatorial que havia se instalado em 1964. Naquele contexto, Costa Lima recorria aos casos de Portugal e Espanha para acusar a inoperância de tal atitude. Assim, observava que a simplificação da literatura em Portugal, sob Salazar, e na Espanha, sob Franco, para fazê-la chegar às massas havia provocado perda de qualidade das obras, sem que conseguissem afetar os ditadores. (COSTA LIMA, 1966, p. 39). Desse ponto de vista, acrescenta que a postura de engajamento faz com que a obra literária seja superada até pelo texto panfletário, porque, à diferença deste, a atuação daquele tipo de texto na realidade não é imediata (COSTA LIMA, 1966, p. 42-43).

Não terá passado despercebido que Costa Lima já lidava com a problemática do comprometimento do intelectual bem antes de refletir sobre o sistema intelectual brasileiro. Mas, o que interessa neste passo é notar que o dobramento dessa posição ao longo do percurso intelectual do crítico se traduz de modo mais evidente no repúdio do teor “documentalista” que por vezes se empresta a algumas obras literárias, ao qual, não raro, se alia a igualmente rechaçada empolgação nacionalista. Em seus escritos, o autor não costuma analisar textos literários que se destaquem por sua dimensão “documental” ou por seu ímpeto nacionalista. Quando os identifica, sempre é para destacar como prejudicam a fatura artística das obras que estuda.

Contudo, ao lado dessa “via negativa”, talvez mais evidente, se manifesta também o tipo de produção literária valorizada pelo crítico. Voltando ao *Lira e Antilira*, ele se encontra especialmente representado na poesia de João Cabral de Melo Neto. Ao analisar os poemas “Os Primos”, “As Estações” e “A Mesa”, publicados em *O Engenheiro*, Costa Lima destaca que a poética do escritor pernambucano se afasta do lirismo subjetivo em direção a uma representação pictórica que não se confunde com alguma forma de reificação porque neles constaria uma dimensão humana. (COSTA LIMA, 1968, p. 221). Em outro trecho, entende que *O Cão sem*

Plumas, livro que abriria uma nova fase na poesia de Cabral, apresenta um lirismo que emocionaria mais pela “visibilidade” dos poemas do que pela evocação de estados sentimentais do autor ou do leitor (COSTA LIMA, 1968, p. 246). Sobre a relação entre criação artística e realidade, Costa Lima conjuga os poemas “Paisagem com cupim”, de *Quaderna*, e “A cana dos outros”, de *Serial*, para defender que o poeta não abstrai a natureza de sua obra. Não limitada a seu aspecto natural, ela se presta a representar os aspectos da existência humana no ambiente nordestino (COSTA LIMA, 1968, p. 314-318). Em seu conjunto, estas passagens contém os atributos que o crítico sempre vai elogiar quando os encontra em algum texto: a emoção – sem o sentimentalismo banal; a referência ao mundo exterior à obra – sem a pretensão catalográfica; a representação dos fenômenos sociais – sem a intenção pedagógica ou doutrinária.

Uma espécie de síntese dessas suas ideias aparece na comparação que estabelece entre Graciliano Ramos e João Cabral, em cujas obras nota uma forma de “humanismo ativo”. Ainda que posteriormente tenha apontado a ser de “pouca significação” (COSTA LIMA, 1995a, p. 15), ela já testemunha a intenção do crítico em firmar uma concepção de literatura que incorporasse a realidade sem pretender duplicá-la ou se propor alguma missão pragmática. Não parece exagerado dizer que a ideia de que as obras de Graciliano e João Cabral ensinam “pela palavra, sem, entretanto, nela imiscuir qualquer fácil didatismo”, e se concentram no “estrito humano e as coisas estritas que ele toca [...]” (COSTA LIMA, 1995a, p. 325), indica a questão que impulsionará Costa Lima na sua reelaboração da *mimesis* e na vinculação dela com as representações sociais.

Conjugando este tópico com o anterior, podemos dizer que a ênfase nesses valores tem por objetivo promover um tipo de literatura que se contrapõe aos valores gerais que identifica no sistema intelectual. O esforço intelectual empregado na construção e na apreciação desse tipo de obra seria um elemento capaz de encaminhar para a superação do desinteresse da sociedade pela atividade intelectual. No entanto, é preciso notar que, pelo seu crivo, muito pouco se salvaria da produção literária brasileira. Na verdade, sua percepção quanto à qualidade da literatura brasileira não é tão diferente da expressa pelo já mencionado Antonio Candido. Apesar disso, enquanto Candido, como historiador, ainda adotava uma postura condescendente com a literatura brasileira – apesar de reconhecer “pobre e fraca” (CANDIDO, 1997, I, p. 10), insistia que era necessário amá-la – Costa Lima, como crítico, não segue o mesmo caminho e rompe decididamente com qualquer piedade nacionalista.

4. A crítica literária

A rigor, os momentos em que Luiz Costa Lima se detém sobre o espaço da crítica literária na cultura brasileira poderiam ser incluídos no conjunto maior a que corresponderiam suas já mencionadas considerações a respeito do sistema intelectual. No entanto, uma vez que este é o campo do sistema em que atua, parece conveniente tomar à parte suas ideias quanto à crítica. Nesse sentido, é importante ressaltar que, entre figuras que lhe são contemporâneas, tais como Alfredo Bosi, Davi Arrigucci Júnior e Roberto Schwarz, o lugar de Luiz Costa Lima se define pela “tenacidade com que investe na teorização propriamente dita” (BASTOS, 2010, p. 15).

Tendo isso em vista, entende-se que o tratamento das opiniões de Costa Lima sobre a crítica literária no Brasil pode ser feito a partir de cinco artigos, publicados em livros já citados. Trata-se de “A crítica literária na cultura brasileira do século XIX”, “Questionamento da crítica literária” e “Quem tem medo da teoria?”; um de *Pensando nos Trópicos*, “A concepção da História Literária na *Formação*”; e outro de *Frestas*, “Ainda se lembram do que era a crítica?”. Depois desse levantamento, serão abordados muito brevemente os eixos centrais de sua investigação sobre a literatura.

O elemento subjacente em cada um desses textos é a convicção de que a crítica literária pode desempenhar um papel relevante para uma teoria do conhecimento que rompa com o primado da razão e valorize os produtos que se relacionam mais intensamente com o imaginário. Para que se realize dessa forma, o primeiro passo seria que ela não se limitasse a um julgamento que se restringisse à mera recomendação ou rejeição da obra, nem que se reduzisse à aplicação de uma nomenclatura técnica aos textos literários, isto é, que não fosse apenas “uma caixa de ferramentas”. Ao contrário disso, o importante seria que a crítica de uma obra literária expusesse “a cadeia demonstrativa” a partir da qual se lhe atribui algum valor (COSTA LIMA, 1981, p. 200). Neste sentido, para Costa Lima, embora possa conter algo de emocional, a crítica literária não seria outra forma de gênero literário. Assim, entende que a crítica deve se posicionar contra a *superioridade* que se concede à razão, não propriamente contra a razão. Por isso, a propõe como uma “atividade capaz de mostrar a lógica de um objeto, experimentado como estético” (COSTA LIMA, 1981, p. 206).

Concebendo a crítica literária dessa forma, Costa Lima procura traçar uma linha de reflexão mais autônoma, distante das linhas teóricas consagradas, que julga insuficientes para a compreensão do que seja a literatura. Seu percurso intelectual é antes de interlocução com as diversas visões sobre a literatura e a crítica literária do que propriamente uma assimilação. Apontando eventuais avanços e limites nas teorias alheias, não deixa de ressaltar em que elas diferem de suas posições.

Em relação ao sentido que assumem especificamente no contexto brasileiro, a concepção e a prática da crítica por Costa Lima se constituem a partir da teorização a respeito do que se entende por literatura. De sua perspectiva, trata-se de formular oposição à ideia de que a crítica é inútil, hermética, pedante, contra-intuitiva e cientificista (COSTA LIMA, 1981, p. 195), defendendo-a, numa dimensão mais ampla, como atividade especulativa de cunho epistemológico, mas também exercendo-a, mais especificamente, como atividade interpretativa dos textos literários em relação com as sociedades em que aparecem e por que circulam.

No seu entendimento, devido à carência teorizadora, a crítica literária brasileira, desde o século XIX até hoje, estaria assentada em pressupostos muito semelhantes, apesar de eventuais sofisticções. Costa Lima reconhece três grandes linhas da tradição crítica no Brasil: uma determinista, outra impressionista e a última histórico-nacionalista. Em seus aspectos mais notórios, a linha determinista iniciada com o darwinismo social de Sílvia Romero se atualizaria na teoria do reflexo de cunho marxista (COSTA LIMA, 1981, p. 31-40; 2013, p. 489-491). O destaque dos atributos retórico-gramaticais, adotado por José Veríssimo, com seu desdobramento no psicologismo anticientífico de Araripe Jr., teria se modificado no impressionismo, defensor da crítica como tipo de literatura (COSTA LIMA, 1981, p. 41-53; 2013, p. 491-493). Em ambos os casos, ao julgar resultados apresentados por estes perfis críticos, ele entende que as diferenças são apenas superficiais.

Além do determinismo e do impressionismo, Costa Lima reconhece uma tendência histórico-nacionalista, que não seria necessariamente concorrente das outras. Ele ressalta que José Veríssimo e Sílvia Romero demonstravam forte preocupação com o caráter nacional da literatura e atribuíam à crítica literária um papel na construção nacional. Suas inclinações para a tradição retórica ou para o determinismo não os impediam de seguir as propostas que nossos primeiros românticos tomaram de Almeida Garrett, Alexandre Herculano e Ferdinand Denis (COSTA LIMA, 1981, p. 40). Costa Lima defende que, nesta via histórico-nacionalista, Antonio Candido teria sofisticado a caracterização do nacionalismo dos nossos românticos, substituindo o “exotismo” e o “brasileirismo linguístico” pela ideia de coesão social formulada segundo a Antropologia Social inglesa, presente em sua ideia de “sistema literário” (COSTA LIMA, 1991, p. 157; 159-161).

É contra esse cenário percebido que Costa Lima empreende sua teorização acerca da *mimesis* e do “controle do imaginário”. A reflexão sobre a *mimesis*, iniciada em finais da década de 1970 e desdobrada com mais intensidade a partir dos anos 2000, busca reabilitar um conceito cuja importância na arte foi abalada desde Friedrich Schlegel e seus contemporâneos alemães. No entanto, Luiz Costa Lima não pretende retomar, mas reformular a *mimesis*. Propondo que o

termo comporta vetores de sentido que caracterizam a arte como o resultado de elementos de semelhança e de diferença com a realidade desde os empregos da palavra registrados por Aristóteles, Costa Lima explora o viés da diferença para estabelecer de maneira nova o conceito. Com isso, ele inverte a posição de Aristóteles, que privilegiava a semelhança e que, além do mais, teria sido estreitada quando o termo *mimesis* foi traduzido e assimilado pela palavra latina *imitatio*.

Ao retornar ao pensamento do Estagirita, Costa Lima não pretende resgatar um elo perdido, mas ressaltar as alterações que imprime ao conceito, sobretudo no campo das artes pictórica e literária. Por meio da renovação do entendimento da *mimesis*, sua intenção é, entre outras coisas, apontar critérios capazes orientar o campo artístico contra a arbitrariedade do gosto individual como fundamento de avaliação da arte. A *mimesis* reformulada ofereceria meios para evitar que a condição de objeto artístico e sua qualidade sejam justificadas apenas pelo assentimento do receptor. Sob outro aspecto, ao propor a literatura como criação mimética, Luiz Costa Lima a insere na discussão mais ampla sobre o conhecimento. A literatura deixa de ser vista como uma simples forma de divertimento e passa a ser entendida como formação discursiva privilegiada para a investigação das relações entre razão, imaginação, ficção e verdade.

Complementarmente à reformulação da *mimesis*, a ideia de “controle do imaginário”, desenvolvida ainda na década de 1980, construiu-se ao longo da investigação de como a sociedade ocidental, desde o alvorecer da Modernidade, tem imposto às formas de expressão do imaginário um rígido controle. De natureza predominantemente religiosa até o século XVIII, ele teria assumido desde então uma forma secular. Em qualquer dos casos, o texto ficcional é acossado pela razão, que só o aceita “enquanto congruente (i. e., dominado) pelo princípio da verdade dominante” (COSTA LIMA, 1988, p. 362). Para o autor, contemporaneamente o controle do imaginário é exercido pelo “calculismo” da economia de mercado, que se projeta tanto nos meios de comunicação, pela promoção de obras extremamente banais, quanto nas universidades, pela domesticação das vozes que se propõe a criticá-la (1988, p. 369; 2013, p. 160). Permitindo a existência de certos assuntos dentro dos limites estabelecidos, este controle, de fato, obsta o questionamento do *status quo* (2013, p. 161).

A maneira como desenvolve e articula estes conceitos representam a tentativa de realizar sua ideia de crítica atenta às questões filosóficas e sociais mais profundas que se manifestam no texto literário. Trata-se de acreditar que tanto a literatura quanto a crítica literária estão ligadas a certas necessidades fundamentais do homem que estão além da razão pragmática,

inserindo-se, antes, em certa dimensão da existência humana que não convém ser considerada inferior.

5. Conclusão

Costa Lima não foi efetivamente o primeiro pensador a perceber o desinteresse geral da sociedade brasileira pela atividade intelectual especulativa. Deixando de lado Antonio Candido, cujas ideias já foram mencionadas anteriormente, a constatação desse amplo descaso se nota, por exemplo, em Sérgio Buarque de Holanda, para quem permaneceu como herança na sociedade brasileira o “desleixo” (1995, p. 110) dos colonizadores portugueses, menos preocupados com o planejamento de suas ações do que com ganhos rápidos. Percebe-se também em José Veríssimo (1977, p. 248), que, citando justamente o espírito ávido de resultados do brasileiro, lamentava, em fins do século XIX, o sufocamento da ocupação com a literatura, as artes e as ciências pelo desejo de ganho e poder espalhado pela sociedade.

Nesse sentido, as reflexões de Costa Lima podem ser integradas num tipo de prática frequente entre os intelectuais brasileiros que procuram compreender as condições de vida no país e os fatores que as provocam. Mas, mais do que constatar os problemas, ele empreende uma via de reflexão que está efetivamente distante tanto do imediatismo mais mesquinho e interesseiro da sociedade em geral, quanto do engajamento nacionalista que o corpo intelectual por vezes pratica. Dessa forma, Costa Lima atribui outro sentido à ideia de engajamento e participação do intelectual no contexto brasileiro: a ele caberia levar ao máximo o pensamento especulativo, a fim de que, estimulando outras pessoas, servisse para alteração das condições existenciais do próprio ambiente intelectual e da sociedade como um todo.

Referências Bibliográficas

- BASTOS, Dau (org.) **Luiz Costa Lima: uma obra em questão**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- CANDIDO, Antônio. “A revolução de 1930 e a cultura”. In.: _____. **A Educação pela Noite**. Rio de Janeiro: 2011
- _____. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. v. 1. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997, 8ª ed.
- COSTA LIMA, Luiz. A crítica literária na cultura brasileira do século XIX. **Dispersa Demanda**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981a.
- _____. Da existência precária: o sistema intelectual brasileiro. **Dispersa Demanda**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981b.
- _____. Dependência cultural e estudos literários. In: _____ **Pensando nos Trópicos: dispersa demanda II**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

- _____. **História. Ficção. Literatura.** São Paulo: Cia das Letras, 2006
- _____. **Lira e Antilira:** Mário, Drummond, Cabral. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995a, 2ª ed. rev.
- _____. Nosso país, será isso mesmo? . In: _____. **Frestas:** a teorização em um país periférico. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- _____. **O Fingidor e o Censor.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- _____. Por que a literatura? In: **Por que a literatura.** Petrópolis (RJ): Vozes, 1966.
- _____. **Vida e Mimesis.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1995b.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- SÚSSEKIND, Flora. A via negativa de Luiz Costa Lima. In: GUMBRECHT, Hans Ulrich; ROCHA, João Cezar de Castro (Orgs). **Máscaras da Mimesis:** a obra de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Record, 1999.

*Recebido em setembro de 2018.
Aprovado em dezembro de 2018.*